



Notícias

Reportagens

Colunas

Blogs

Especiais

Fotografia

Agenda

O grileiro dos Jardins

Por Juliana Tinoco (reportagem) e Marcio Isensee e Sá (fotos)

sexta-feira, 07 outubro 2016 09:40 10 Comentários



7.79k

maior desmatador da história recente da Amazônia é filho de um rico e tradicional pecuarista de São Paulo. Ele próprio operava sediado no bairro dos Jardins, na capital. Até ser preso, comandava um esquema sofisticado de desmatamento, grilagem e falsificação no Pará, que contava até com profissionais de geoprocessamento para enganar os satélites de monitoramento. Denunciado por índios, o caso levou a uma operação conjunta entre o IBAMA, a Polícia Federal, o Ministério Público e a Receita Federal, revelando detalhes sobre como hoje se organiza o crime na expansão da fronteira agropecuária amazônica.



Helicóptero do IBAMA sobrevoa área desmatada ilegalmente. Fotos: Marcio Isensee e Sá

Operação Kaypó

Era fevereiro de 2014. Luciano Evaristo, Diretor de Proteção Ambiental do IBAMA, chegava na garagem da sede da instituição em Brasília e conseguia ouvir um burburinho alto vindo do escritório. Dentro de seu gabinete, pintados para guerra, mais de trinta índios Kayapó esperavam por ele com arcos e flechas

gabete, pintados para guerra, mais de uma milia kayapós esperavam por ele com arcos e flechas. Luciano teve o cuidado de pedir que depositassem as armas antes de começarem a conversa.

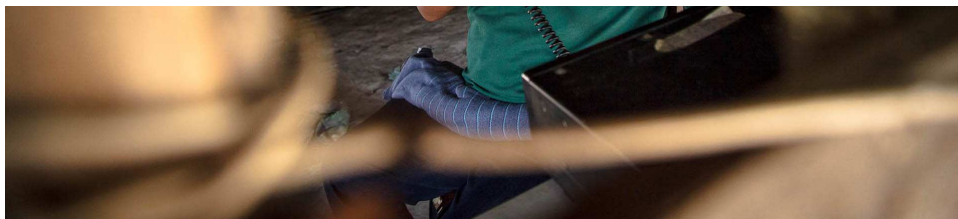
O Plano Básico Ambiental (PBA) do licenciamento da rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) à Santarém (PA), dá aos kayapós da Terra Indígena Mekrãnoti, o direito a receber recursos do governo para compensação de impactos decorrentes da obra. Em 2014, desconfianças do governo de que os índios estariam desmatando no entorno da Mekrãnoti levou a retenção desta verba. Os índios não eram os culpados pelo desmatamento, mas eles sabiam quem era. Foram até Brasília a procura de Luciano Evaristo para denunciar um criminoso.



A Terra Indígena Mokrãnoti, banhada pelo rio Curuá, ocupa 5 milhões de hectares de florestas preservadas.

“A conversa foi dura”, lembra Luciano. Tão logo os kayapós se foram, ele tratou de levantar as imagens de satélite da região em busca das áreas alvo das denúncias. “Não achei nada nos satélites que indicasse operação de desmatamento em larga escala”. Ainda assim, resolveu confiar nos índios. Luciano desembarcou em Mokrãnoti em abril de 2014. Lá, um grupo de lideranças kayapós se uniu à equipe de fiscalização do IBAMA. Usando um sistema de radioamadores para repassar informações entre si - sinal de telefone celular não pega - os índios já haviam mapeado a localização de acampamentos de desmatadores na floresta.





A liderança indígena Dototakakyre Kayapó (conhecido como Dotô) utilizando o rádio. Foi através da comunicação entre aldeias que os indígenas mapearam as áreas onde a quadrilha de grilagem atuava.

Encontraram 18 acampamentos. Somados, foram embargados 14 mil hectares. “A maior área já encontrada pelo IBAMA aberta por empreitada de um só infrator ambiental na floresta amazônica”, conta Luciano. A ação ficou conhecida como Operação Kayapó. Presos 40 trabalhadores, logo muitos começaram a falar. Um mesmo nome, então, se repetia. Começava aí a investigação que uniu instituições e resultou, pela primeira vez, na prisão de um chefe do crime operando na floresta.

f milionário das motosserras

7.79k

maior desmatador da história recente da Amazônia é filho de um pecuarista milionário de São Paulo.

Antônio José Junqueira Vilela Filho – o AJJ Vilela, vulgo Jotinha, nasceu e cresceu em um império bovino

herdado pelo pai, Antônio José Junqueira Vilela. Junto com a família, Jotinha operava um esquema

sofisticado que envolvia desmatamento em série, grilagem de terras públicas, lavagem de dinheiro,

classificação e trabalho escravo no Pará.

O nome de Jotinha começou a circular pelas páginas de embargos do IBAMA no Pará nos idos de 2009, embora ligado a áreas desmatadas menores. Foi entre 2012 e 2014, revelam as investigações, que as motosserras de Vilela Filho trabalharam sem descanso. Ao serem presos, ele e seus parceiros acumulavam denúncias de destruição que somavam 30 mil hectares de floresta no município de Altamira (PA), área equivalente ao território de cidades como Fortaleza (CE) ou Belo Horizonte (MG).

A operação Rios Voadores, que prendeu a quadrilha, foi deflagrada em 30 de junho de 2016, após dois anos de quebras de sigilo bancário e interceptações telefônicas. No dia D, contou com um efetivo de 95 policiais federais, 15 auditores da Receita e 32 servidores do IBAMA, distribuídos pelos estados de Pará, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. A Justiça Federal de Altamira expediu 52 medidas judiciais, entre 15 prisões preventivas e mandados de busca e apreensão.

Jotinha, primeiro considerado foragido, apresentou-se à justiça uma semana depois. Dias após a operação, escutas telefônicas interceptaram Ana Luiza Junqueira Vilela Viacava, irmã de Jotinha, que passava férias nos Estados Unidos, coordenando de longe a ocultação e destruição de provas contra o irmão. Ana Luiza foi presa ao desembarcar de viagem. Os três filhos de Antônio José Junqueira Vilela - Jotinha, Ana Luiza e Ana Paula - todos acusados de participar do esquema, são figurinhas fáceis da noite paulistana. A família circula entre celebridades e políticos. Na internet é possível achar menções a eles em colunas sociais, frequentando eventos exclusivos e recebendo vips para festas em mansões no bairro dos Jardins, de classe média alta em São Paulo. Ana Luiza leva o sobrenome Viacava do marido Ricardo. A família Viacava é de igual peso na história da pecuária brasileira e seus patriarcas são amigos de longa data. Ricardo Viacava, além de cunhado, era o braço direito de Jotinha na operação criminosa.

Vilela Filho é hoje o homem que recebeu o maior valor em multa aplicada a um só infrator ambiental – R\$ 119,8 milhões, somadas em dez autos de infração referentes à Operação Rios Voadores. Ele é acusado de movimentar o equivalente a R\$ 1,9 bilhão entre 2012 e 2015, em operações ilegais. Legou à sociedade, segundo os cálculos do IBAMA, um prejuízo ambiental estimado em R\$ 420 milhões.

Raio-x de um crime exemplar

O esquema comandado por Vilela Filho chama a atenção pela sofisticação. A quadrilha tinha núcleos bem definidos. Em campo ficavam os agenciadores de mão-de-obra ilegal. A etapa de desmatamento era custosa. Eremilton Lima da Silva, vulgo Marabá, era um dos chamados “gatos”, responsável por arregimentar pessoas para trabalharem no campo. Ele aparece na investigação recebendo valores que

"Em São Paulo, empresas de fachada serviam para que o grileiro movimentasse as altas quantias de dinheiro que iam para financiar a atividade ilegal de desmatamento, ou servir de crédito para atrair compradores das terras griladas"

superam 170 mil reais em nome de sua esposa, Laura Rosa Rodrigues de Souza. Os irmãos Jerônimo Braz Garcia e Bruno Garcia, sócios na empresa Jerônimo Máquinas, também faziam parte do esquema. Chegaram a receber 500 mil reais por um só serviço de “limpeza”, conforme consta no inquérito.

"Burlar a fiscalização envolvia núcleos ainda mais aprimorados de atuação. Profissionais de geoprocessamento trabalhavam de escritórios no Pará e no Mato Grosso analisando imagens de satélite."

As equipes nos acampamentos eram sempre de dez pessoas, com funções bem definidas – um cozinheiro, um ‘meloso’, responsável pela manutenção de motosserras, e oito motosserristas. Todos trabalhavam sem dias de folga e eram pagos apenas ao final do serviço. Caso o IBAMA os flagrasse, receberiam nada. Luciano nunca se esqueceu do primeiro acampamento que encontrou: “Chamou a atenção o trabalho escravo e degradante. Eu lembro que abri um balde que eles usavam para armazenar carne e o gás metano praticamente voou na minha cara, parecia que ia explodir. A carne estava podre”.

Os núcleos de desmatadores operavam em todas as fases do típico processo de abertura de floresta. Primeiro retiravam as árvores maiores e mais valiosas – o chamado corte seletivo. A venda ilegal de madeira era uma das atividades com a qual lucrava Jotinha. Na sequência, as áreas eram completamente desmatadas. Entravam em cena os tratores e “correntões”, cabos de aço que devastam em série. Em seguida vinha o fogo. Queimadas eram repetidas até que a área estivesse “limpa”.

Completo o ciclo de devastação, plantava-se capim, muitas vezes com o uso de aviões agrícolas. Por último chegava o boi. Dependendo da aptidão do local, algumas destas áreas eram vendidas ou arrendadas para terceiros, que iriam explorá-la mediante aluguel. Outras permaneciam em posse da quadrilha, em geral para criação de gado. O processo era otimizado: enquanto em algumas áreas a mata começava a ser derrubada, outras estavam em plena produção e umas tantas sendo vendidas ou arrendadas.



Servidores do IBAMA e indígenas observam o mapa dos arredores da Terra Indígena Mekrãgnoti.

Em São Paulo, empresas de fachada serviam para que o grileiro movimentasse as altas quantias de dinheiro que iam para financiar a atividade ilegal de desmatamento, ou servir de crédito para atrair compradores das terras griladas. Entravam em cena as irmãs Ana Luiza e Ana Paula e o cunhado de Jotinha, Ricardo Viacava, que transferiam as quantias entre si e entre as empresas. A principal delas era a

Sociedade Comercial AJJ, com sede na Alameda Santos, bairro dos Jardins, área rica e tradicional da cidade de São Paulo.

interessante deste caso é que, como existia muito dinheiro disponível para a operação, o desmatamento acontecia muito rápido. Era um programa bem organizado, para ser feito no mínimo de tempo possível e evitar a fiscalização ambiental”, conta Higor Pessoa, Procurador do Ministério Público Federal no Pará, responsável pelo caso.

Para a fiscalização envolvia núcleos ainda mais aprimorados de atuação. Profissionais de geoprocessamento trabalhavam de escritórios no Pará e no Mato Grosso analisando imagens de satélite. Eles acumulavam duas funções. A principal era a de forjar Cadastrros Ambientais Rurais (CAR). O CAR é um cadastramento eletrônico instituído pelo governo que tem como objetivo auxiliar na gestão das florestas brasileiras dentro de áreas privadas. Na prática, o CAR é o primeiro cadastro obrigatório a todos os proprietários rurais do país, salvo as sucessivas prorrogações de prazo que enfrenta.

A quadrilha de Jotinha sabia ler o sinal dos tempos e, para facilitar a compra e venda de terras, matinha o CAR das áreas griladas em dia. O núcleo de geoprocessamento produzia o recorte perfeito dos perímetros abertos, que seriam cadastrados em nome de posseiros. Tomavam cuidado para que nenhuma área aparecesse ao satélite em sobreposição a outras anteriormente embargadas pelo IBAMA.

Vinha então o núcleo dos “laranjas”, pessoas que emprestavam o nome para constar nos cadastros ambientais declarados pela quadrilha. Apareceram como proprietários membros da família Vilela Junqueira, seus cúmplices e funcionários das empresas de fachada. Até mesmo o contador de Jotinha virou dono de fazenda. “Foi fácil chegar ao Vilela, ele deixava este tipo de rastro”, comenta Paulo Maués, coordenador da operação Rios Voadores pelo IBAMA.

Havia ainda função mais ousada para os homens por trás dos computadores: tentar enganar o olho do governo brasileiro. Para isso, recorriam às imagens de satélite usadas pelos agentes de fiscalização, as quais qualquer cidadão tem acesso, para analisar o próprio rastro e orquestrar a operação de

desmatamento. Entre as táticas, deixar em pé árvores de porte alto, capazes de enganar os sensores dos satélites. O indicativo das queimadas era controlado de perto, para que nenhum fogo ficasse aparente. Procuravam agir em períodos nublados, quando os satélites são cegos pelas nuvens, para agirem incólumes.

A sorte de Luciano Evaristo foi ter confiado nos índios.



Luciano Evaristo, do IBAMA, conversa com lideranças Kayapó na Terra Indígena Mekrãgnoti.

Crime e castigo

certeza da impunidade é citada como o motivo que levou um jovem de família rica de São Paulo a se dedicar com tanto esmero a operar ilegalmente em plena Amazônia. “É uma questão cultural mesmo”, diz Higor Pessoa. “O pai do Vilela Filho foi um grande desmatador e nunca aconteceu nada com ele. Mas eram

“Igor Pessoa. O pai do Vilela Filho foi um grande desmatador e nunca aconteceu nada com ele. Mas eram outros tempos”, complementa o Procurador.

Atribui-se ao patriarca da família Junqueira Vilela, Antônio José, a visão de que seria uma raça de gado recém-chegada da Índia, o Nelore, que iria melhor se adaptar às condições brasileiras e representar o futuro do pecuária de corte do país. Ele acertou nesta e em outras empreitadas, como por exemplo a de melhoramento genético de bois, atividade a qual se dedica nos últimos anos com muito sucesso. Assim como não lhe faltou visão de negócio, tampouco careceu de terras para colocá-las em prática. Chegou ao então inóspito Mato Grosso no final da década de 1970, aos 20 anos de idade. A grilagem de terras para venda e a criação de boi na Amazônia foram suas principais atividades desde sempre. Com elas fez fortuna e fama no meio pecuário brasileiro.



Ramal madeireiro corta a floresta amazônica. Este é um dos primeiros estágios de degradação e exploração posto em prática pelas quadrilhas que agiam na região.

A pecuária também estava no sangue de Jotinha. O grileiro sabia como usar as regras do jogo para driblar qualquer cerco. Graças a acordos de mercado, é mais difícil hoje para um frigorífico adquirir carne de gado criado em áreas embargadas. Difícil, mas longe de ser impossível. Prática comum, Jotinha lançava mão do chamado "esquentamento de boi" - vendia o gado como se fosse oriundo de fazendas regularizadas, usando o nome de terceiros. Entre os acusados de participar deste esquema está Eleotério Garcia, o Panquinha, que atuava como intermediário no processo fraudulento.

Outras movimentações, no entanto, eram menos cuidadosas. Ao menos um frigorífico, o Redentor, no Mato Grosso, teve profissionais autuados na operação por envolvimento na compra de gado de áreas sem procedência garantida. Estão ainda sob investigação os grupos Amaggi - do atual Ministro da Agricultura, o grupo Maggi -, Bom Futuro e a JBS, acusados de realizarem transações financeiras à quadrilha que movimentaram R\$ 10 milhões entre 2012 e 2015. A JBS é signatária de acordos com o Ministério Público Federal e com o Greenpeace, no qual se compromete a rastrear toda a carne que adquire da Amazônia. A investigação sobre o envolvimento destas empresa ainda está em curso.



Luciano Evaristo, do IBAMA, analisa documentos durante a operação Curuá Livre, no sul do Pará.

Graças ao trabalho conjunto com a Polícia, Receita e Ministério Público, foi possível acrescentar ao rol de crimes, além do ambiental, os de falsificação de documentos, formação de quadrilha e trabalho escravo. Esse conjunto propiciou a prisão de Jotinha. Crime de desmatamento, sozinho, literalmente não dá cadeia a ninguém. As penas em geral são baixas e, quando pego o desmatador em flagrante, sai mediante fiança. Jotinha, ele mesmo, provavelmente nunca encostou a lâmina de uma motosserra em um tronco. Quando muito, são pegos destruindo a floresta os trabalhadores pobres, vindos de municípios pequenos do Norte e

fabalhando em condições análogas à escravidão. “Foi a primeira vez que eu vi uma ação conjunta
 7.79k
G+scortinou como funciona a engrenagem do crime organizado no processo de ocupação da Amazônia”,
 6
tresenta Higor Pessoa. Ele garante que as investigações sobre o caso continuarão até pelo menos o final
 deste ano. “Ainda haverá mais denúncias”, antecipa o Procurador.

Q Jotinha segue preso na Penitenciária do Tremembé, em São Paulo. Um inquérito que apura sua ligação com uma tentativa de assassinato, arquivado por falta de provas, pode ser reaberto. Ele é acusado de comandar uma emboscada contra a trabalhadora sem-terra Dezuíta Assis Ribeiro Chagas, em maio de 2015, na região do interior de São Paulo, conhecida como Pontal do Paranapanema.

Leia também

[Guerra e paz por trás de um bife](#)

[Marcelândia: dividindo frustrações com o Ibama](#)

[Polícia Federal desmonta quadrilha de desmatadores comandada de São Paulo](#)

Em direção ao desmatamento zero

Esta reportagem faz parte do projeto que busca melhorar a eficiência dos acordos da carne e da soja, realizado em parceria com o [Imazon](#) e apoio da [Gordon and Betty Moore Foundation](#)

Parceria



Apoio



7.82k
Shares



47.79k



6



amazônia

crime ambiental

Em direção ao desmatamento zero

grilagem

Este artigo foi postado em sexta-feira, outubro 7th, 2016 as 09:40 na categoria [Reportagens](#). Você pode seguir esta postagem através do feed [RSS 2.0](#) se quiser. Você pode pular para o final e deixar um comentário. Pings não são permitidos.

Comentários (10)

Logar

Classificar por: **Data** Classificação Última Atividade



paulo · 2 dias atrás

0

Parabéns a toda equipe que trabalhou nesta ação. Esta é a prova de quando se quer (poder político) a sangria é estancada.

Responder

Relatar



Marco · 1 dia atrás

+2

agro é Tech, agro é Pop, agro é tudo! Globo é Agro!

7.79k

Responder **2 respostas** · ativo 1 dia atrás

Relatar

G+

6



Ebenezer · 1 dia atrás

0

Seu almoço hj foi agro! Não julgue todo um setor da economia com base em bandidos que atuam fora das regras...



Responder

Relatar



Everardo · 1 dia atrás

0

Esse Marco vive de luz, como todo ser "evoluído"! Mas eu sei que escondido gosta de comer capim.

Responder

Relatar



Ricardo · 1 dia atrás

-1

O código florestal brasileiro, com o absurdo da imposição de 80% de reserva florestal nas propriedades rurais da Amazônia, cria uma colcha de retalhos de pobreza, falta de infraestrutura e dificuldade de fiscalização, que propicia o desmatamento ilegal. O correto seria definir áreas de produção (sem reserva legal, mas preservando mananciais - APPs e nascentes), onde a infraestrutura de estradas, energia, disponibilização de insumos, escoamento de safras seria otimizada, e definir grandes áreas de Floresta Nacional pertencentes ao Estado, onde a preservação seria plena e de fácil fiscalização, pois a produção ali seria totalmente proibida.

É uma imbecilidade de gabinete querer atribuir ao particular a preservação ambiental em 80% de sua propriedade. Essa situação inviabiliza a produção, cria pobreza e favorece a ilegalidade.

E viva o Agro. Agro é tudo! Você tem mesa farta devido ao Agro. Quem alimenta o Brasil é o AGRO, não é a romântica e inexpressiva agricultura familiar.

Responder **1 resposta** · ativo 1 dia atrás

Relatar



Paulo · 1 dia atrás

0

O agro também é desperdício: 10 milhões de hectares de pastos sujos na Amazonia e 52 milhões de hectares de pastos degradados no Brasil <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-pl...>

Responder

Relatar


 CARLOS AUGUSTO RAMOS · 1 dia atrás

0

Muita gente conservadora e de pouca visão sobre o valor da Amazônia continua a nos atacar. Aqui resistimos. No tempo de Cabral até hoje. A mente vil é a mesma, pouca evolução humana.

Responder

Relatar

 Ricardo · 1 dia atrás

-1

O AGRO produz em 200 milhões de hectares de pastagens e em 70 milhões de hectares de lavouras. O Brasil tem uma área total de 840 milhões de hectares. Também temos 440 milhões hectares de vegetação original (florestas, campos, caatinga, parques florestais, reservas legais e APPs nas propriedades particulares, etc.), 125 milhões hectares reservas indígenas e 5 milhões de hectares de áreas urbanizadas. Os Estados Unidos utilizam 400 milhões de hectares para sua pecuária de criação extensiva. Nós somos mais eficientes no uso da terra, apesar dos 30% de pastagens degradadas.

E as lavouras estão hoje avançando sobre as áreas de pastagens degradadas.

As reservas indígenas não contam como áreas de vegetação original, pois boa parte dos índios tem hábitos predadores e, nas áreas de reserva em Cerrado, colocam fogo todos os anos - fogo em ferradura, para caçar. As reservas indígenas estão mais para pastos degradados do que para vegetação preservada.

Nós 5 milhões de áreas urbanizadas se produzem 98 % do lixo e da poluição do Brasil.

Mas, apesar disso o Brasil é campeão de preservação ambiental no mundo, com mais de 50% da cobertura vegetal original. Porém muita coisa ainda precisa ser feita nessa área, especialmente acabar com a hipocrisia.

Responder

Relatar

 Rowelton · 19 horas atrás

0

Taça neles!

Responder

Relatar

 Sousa Santos · 19 horas atrás

0

É preciso acabar com esse tipo de criminoso . E pelo jeito como anda as coisa só tem um modo .

Responder

Relatar

Postar um novo comentário

Digite o texto aqui!

Comentar como Visitante, ou logar:

Nome

Email

Website (opcional)

strar junto aos seus comentários.

Não mostrado publicamente.

Se você tem um website, linke para ele aqui.



7.79k

sinar Nada

Enviar Comentário



6



Quem somos

((o)eco é feito pela Associação O Eco, uma organização brasileira que se preza por não ter fins lucrativos nem vinculação com partidos políticos, empresas ou qualquer tipo de grupo de interesse.

 Youtube

 Twitter

 Facebook

Quem somos

Política de comentários

Fale conosco

Apoie o Eco

Assine

Nome

Sobrenome

Email *

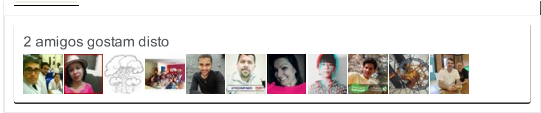
Assinar!



O Eco

Gostar da Página

145 m gostos



7.79k



6

